TERMO DE FOMENTO Nº 009/2022 QUE ENTRE SI CELEBRAM MUNICÍPIO DE LAGOA SANTA, POR INTERMEDIO DA **SECRETARIA** MUNICIPAL DE BEM ESTAR SOCIAL E GRUPO ESCOLA AMIZADE E AMOR PARA FINANCIAMENTO DE PROJETO NOS TERMOS DA **RESOLUÇÃO** 006/2022/CMDCA, **PROCESSO** ADMINISTRATIVO Nº 07355/2022.

O MUNICÍPIO DE LAGOA SANTA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº. 73.357.469/0001-56, sediado na Rua São João, nº. 290 - Centro, Lagoa Santa/MG, CEP: 33.230-103, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL, Sr. Rogério César de Matos Avelar, inscrito no CPF sob o n.º 371.628.106-91 e Cl nº. M-1.083.665 SSP/MG, por meio da SECRETARIA MUNICIPAL DE BEM ESTAR SOCIAL, neste ato representada pela ORDENADORA DE DESPESAS, Sra. Patrícia Sibely D'Avelar, inscrito(a) no CPF sob o nº 941.065.096-87 e CI nº M- 5.671.447, doravante denominado MUNICÍPIO e GRUPO ESCOLA AMIZADE E AMOR - GEAA, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, com inscrição no CNPJ sob o n.º 41.656.331/0001-61, com sede na Rua Rita Teixeira, nº. 230, Palmital, Lagoa Santa, MG, CEP 33.233-138, representada por sua presidente Maria Teresa Curátola de Melo, inscrita no CPF sob o nº 213.015.816-15 e CI nº: M-839.037 SSP/MG, doravante denominado **ENTIDADE**, celebram o presente termo de fomento, decorrente do Chamamento Público nº 002/2022, embasado na seção VIII da Lei n°. 13.019/2014, Lei Complementar nº. 101/2000, Lei de Diretrizes Orçamentárias, na Lei Orçamentária Anual, e demais artigos da Lei Federal nº 13.019/2014, Decreto Municipal nº 3.366/2017 e processo administrativo nº 7.355/2022 e mediante as cláusulas sequintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo de fomento, decorrente do Chamamento Público nº 002/2022, tem por objeto o repasse de recursos financeiros para a execução da implementação do plano de trabalho (Anexo I) para financiamento projeto na ordem de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PLANO DE TRABALHO

2.1. O Plano de Trabalho, constante do Anexo I deste termo de fomento, nos termos dos incisos do art. 22 da Lei Federal nº 13.019/2014, constitui parte integrante e inseparável deste termo de fomento.

Parágrafo Único - O plano de trabalho do presente termo de fomento poderá ser revisto para alteração de valores ou de metas, mediante termo aditivo ou por apostila ao plano de trabalho original.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES

3.1. Obrigações da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA:

- I Acompanhar e fiscalizar a execução do presente termo de fomento, diretamente ou por delegação, bem como avaliar os resultados dele provenientes.
- II Emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria e o submeter à comissão de monitoramento e avaliação designada, que o homologará, independentemente da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas devida pela organização da sociedade civil.
- III Liberar os recursos por meio de transferência eletrônica para conta bancária especifica indicada pela OSC e em obediência ao cronograma de desembolso, que guardará consonância com as metas, fases ou etapas de execução do objeto do termo de fomento.
- IV Promover o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto da parceria.
- V- Receber e analisar as prestações de conta encaminhadas pela OSC.
- VI- Elaborar parecer sobre a prestação de contas das OSC, a fim de atender os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e economicidade conforme artigo 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal e avaliar se houve aplicação correta dos recursos no plano de trabalho apresentado, nos termos do Decreto Municipal nº 3.366/2017 e Lei Federal nº 13.019/2014.
- VII- Aplicar as penalidades previstas neste instrumento.
- VIII Instaurar tomada de contas antes do término da parceria, ante a constatação de evidências de irregularidades na execução do objeto da parceria.
- IX- Manter, em seu sitio oficial na internet, as informações da parceria celebrada e o plano de trabalho, até 180 dias após o respectivo encerramento.

3.2. Obrigações específicas da ENTIDADE:

- I Responsabilizar-se pela plena execução do objeto do termo de fomento das atividades do Plano de Trabalho:
- a) Os materiais adquiridos por força deste termo de fomento, deverão ser de uso exclusivo do Programa.
- II Prestar informações e esclarecimentos sempre que é solicitado, desde que necessário ao acompanhamento e controle da execução do objeto.
- III Permitir o livre acesso dos agentes da administração pública, dos membros da Comissão de Monitoramento e Avaliação, do Controle Interno e do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais aos processos, documentos e informações relacionadas a este termo de fomento, bem como aos locais de execução do respectivo objeto.

- IV- Responsabilizar-se pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal, conforme o caso.
- V- Responsabilizar-se pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos ao funcionamento da instituição e ao adimplemento do termo de fomento, mantendo as Certidões Negativas em dia não se caracterizando responsabilidade solidaria ou subsidiaria da administração pública pelos respectivos pagamentos, qualquer oneração do objeto da parceria ou restrição a sua execução.
- VI- Manter em seus arquivos, durante o prazo de 10 (dez) anos, contando do dia útil subsequente ao da prestação de contas integral, os documentos originais, que compõe a prestação de contas.
- VII- Divulgar esta parceria em seus sitio na internet e locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações, conforme previsto no Art. 11 da Lei Federal nº 13.019/2014, bem como atender à Lei nº 12.527/2011.
- VIII- Não praticar desvio de finalidade na aplicação do recurso, práticas atentatórias aos princípios fundamentais da administração pública nas contratações e demais atos praticados na execução da parceria e deixar de adotar as medidas saneadoras eventualmente apontadas pela administração pública.
- IX- Prestar todos os serviços, conforme Plano de Trabalho em anexo, mediante a contratação dos profissionais e pagamento dos respectivos salários, gerenciamento e coordenação dos trabalhos, ficando vedada a redistribuição dos recursos à outra Organização da Sociedade Civil, congênere ou não.
- X- Observar todos os critérios de qualidade técnica, eficiência, economicidade, prazos e os custos previstos.
- XI- Comprovar todas as despesas por meio de Nota Fiscal Eletrônica ou Recibo de Pagamento a Autônomo (RPA), com a devida identificação da parceria celebrada, ficando vedadas as informações genéricas ou sem especificações dos serviços efetivamente prestados, comprovado por meio de controles ou registros, além de demonstrar os custos praticados ou ajustados de forma a permitir a conferencia atinente à regularidade dos valores pagos.
- XII- Aplicar os recursos repassados pelo Município e os correspondentes a sua contrapartida, exclusivamente no objeto constante na cláusula primeira.
- XIII- Comprovar a existência de conta bancária especifica e exclusiva para o presente instrumento, efetuando nesta, todas as movimentações financeiras relacionadas aos recursos do presente Termo.
- XIV- Não aplicar taxa de administração ou despesas administrativas como condição para a execução do presente objeto.
- XV- Ressarcir aos cofres públicos, ao final da parceria, o saldo remanescente oriundo das aplicações dos recursos financeiros.
- XVI- Promover a devolução aos cofres públicos dos recursos financeiros não aplicados corretamente conforme o Plano de Trabalho.



- XVII- Comprovar, de forma integral no final do termo de fomento, todas as metas quantitativas e atendimentos de maneira nominal, constante no plano de trabalho.
- XVIII- Efetuar cotação e pesquisa de preços, conforme regulamento próprio da Organização da Sociedade Civil, para aquisição de materiais e serviços.
- XIX- Manter-se adimplente com o poder público no que tange a prestação de contas de exercícios anteriores, assim como manter a sua regularidade fiscal perante os órgãos da Administração Municipal, Estadual e Federal.
- XX- Comunicar ao Município a substituição dos responsáveis pela OSC, assim como alterações em seu estatuto.
- XXI- Apresentar, em até 10 (dez) dias, após o encerramento de cada trimestre, relatório sobre a execução da parceria, apresentando comparativo especifico das metas propostas com os resultados quantitativos e qualitativos alcançados.
- XXII- Apresentar relatório final, à SMBES e ao CMDCA, no prazo de 01 mês após o término do termo de fomento.

3.3. Obrigações comuns a ambas as partes:

I - Designar formalmente, cada uma, um integrante do quadro funcional da instituição, incumbido de coordenar, direta e conjuntamente, a execução deste termo, e subsequentes termos aditivos.

CLÁUSULA QUARTA DO PRAZO DE VIGÊNCIA

- 4.1. O presente termo de fomento terá vigência pelo prazo de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado mediante a celebração de termo aditivo
- 4.2. Sempre que necessário, mediante proposta da ENTIDADE devidamente justificada e formulada, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do seu término, e após o cumprimento das demais exigências legais e regulamentares, serão admitidas prorrogações do prazo de vigência do presente termo de fomento.
- 4.3. Toda e qualquer prorrogação deverá ser formalizada por termo aditivo, a ser celebrado pelos partícipes antes do término da vigência do termo de fomento ou da última dilação de prazo, sendo expressamente vedada a celebração de termo aditivo com atribuição de vigência ou efeitos financeiros retroativos.

CLÁUSULA QUINTA - DO VALOR E CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

- 5.1. O valor anual do presente termo de fomento será de até R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).
- 5.2. Os valores serão depositados nas contas abaixo relacionadas de titularidade da **ENTIDADE**, conforme plano de trabalho anexo:
 - Conta 29.874-3, Agência 2241-1, Banco do Brasil

A conta bancária deverá ser de uso exclusivo para movimentação financeira deste termo de fomento.

CLÁUSULA SEXTA - DA TRANSFERÊNCIA E APLICAÇÃO DOS RECURSOS

- 6.1. A **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA** transferirá os recursos em favor da ENTIDADE, conforme o cronograma de desembolso contido no plano de trabalho, mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária específica vinculada a este instrumento.
- 6.2. É obrigatória a aplicação dos recursos deste termo de fomento enquanto não utilizados, em caderneta de poupança de instituição financeira oficial, se a previsão do seu uso for igual ou superior a um mês; ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo, ou operação de mercado aberto lastreada em título da dívida pública federal, quando sua utilização estiver prevista para prazos menores.
- 6.3. Os rendimentos das aplicações financeiras serão, obrigatoriamente, aplicados no objeto do termo de fomento ou da transferência, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidos para os recursos transferidos.
- 6.4. As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da parceria não serão liberadas e ficarão retidas nos seguintes casos:
- I quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida.
- II quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da organização da sociedade civil em relação a obrigações estabelecidas no termo de fomento.
- III quando a **ENTIDADE** deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo.
- 6.5. Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à administração pública no prazo improrrogável de trinta dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da administração pública.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS

- 7.1. O presente termo de fomento deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas de regência, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 7.2. Fica expressamente vedada a utilização dos recursos transferidos, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade do agente ou representante da **ENTIDADE**, para:
- I realização de despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;
- II finalidade diversa da estabelecida neste instrumento, ainda que em caráter de emergência;



- III realização de despesas em data anterior ou posterior à sua vigência;
- IV realização de despesas com taxas bancárias, com multas, juros ou correção monetária, inclusive, referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos;
- V realização de despesas com publicidade, salvo as de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos;
- VI repasses como contribuições, auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos:
- VII pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias.

CLÁUSULA OITAVA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1. A dotação orçamentária destinada ao custeio do presente termo de fomento está prevista na seguinte rubrica:

Ficha	Dotação
420	02.05.03.08.243.0037.2280.3.3.50.43.00

8.2. A dotação orçamentária deste termo de fomento será adequada aos orçamentos dos exercícios posteriores.

CLÁUSULA OITAVA – DO MONITORAMENTO, DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

- 8.3. O relatório técnico a que se refere o art. 59 da Lei Federal n.º 13.019/2014, sem prejuízo de outros elementos, deverá conter:
- I descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;
- II análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;
- III valores efetivamente transferidos pela administração pública;
- IV- análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados **ENTIDADE** na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos no respectivo termo de fomento;
- V análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias.
- 8.4. Na hipótese de inexecução por culpa exclusiva da **ENTIDADE**, a administração pública poderá, exclusivamente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das metas ou atividades pactuadas:

- I retomar os bens públicos em poder da **ENTIDADE** parceira, qualquer que tenha sido a modalidade ou título que concedeu direitos de uso de tais bens;
- II assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no plano de trabalho, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela **ENTIDADE** até o momento em que a administração assumiu essas responsabilidades.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

- 10.1. Prestar contas, até 90 dias após o termino da vigência da parceria, na forma do Decreto Municipal nº 3.366/2017 e Lei Federal 13.019/2014, de acordo com os critérios e indicações exigidos pelo Município. A prestação de contas apresentada pela ENTIDADE deverá conter elementos que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas, a exemplo, dentre outros, das seguintes informações e documentos:
- I Extrato da conta bancária específica.
- II Cópia dos cheques nominativos aos fornecedores, pelo exato valor da despesa realizada. A cópia do cheque deverá ser apresentada junto ao comprovante da despesa.
- III Notas e comprovantes fiscais, inclusive recibos, RPA's (quando for o caso) devem estar datados, com valor, dados da **ENTIDADE** e número do instrumento da parceria. Nas pequenas despesas a comprovação poderá ocorrer através de Cupom Fiscal, desde que também nominativo à **ENTIDADE**.
- IV Cópia do documento bancário que comprove as transferências (DOCS/TED) desde que efetuadas em nome do fornecedor ou prestador de serviço e pelo valor exato do comprovante de despesa. A cópia do documento bancário em questão também deverá ser apresentada juntamente com o comprovante de despesas.
- V Cópia do documento bancário que comprove o débito automático em conta bancária (somente será acatado quando se tratar de pagamento de faturas relativas à contas de água, energia elétrica, telecomunicações e tributos).
- VI Comprovante do recolhimento do saldo da conta bancária específica, quando houver.
- VIII Relação de bens adquiridos, produzidos ou construídos, quando for o caso; e
- IX Lista de presença do pessoal treinado ou capacitado, quando for o caso.
- § 1.º Serão glosados valores relacionados a metas e resultados descumpridos sem justificativa suficiente.
- § 2.º A **ENTIDADE** prestará contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos trimestralmente e a prestação de contas final no prazo de até noventa dias a partir do término da vigência da parceria ou no final de cada exercício, se a duração da parceria exceder um ano.

10.2. A **ENTIDADE** deverá observar os seguintes critérios:

- I A **ENTIDADE** fica obrigada ao atendimento dos princípios de economicidade e eficiência, devendo buscar sempre a realização de cotação de preços dos bens e serviços, sob pena de responsabilidade pelos atos de gestão antieconômica. Serão aceitas cotações transmitidas por *e-mail*, telefone ou outro recurso que possibilite ao **MUNICÍPIO** a verificação da realização da cotação. Devendo as cotações realizadas nestas formas, conter as informações da empresa e identificação do funcionário que enviou, além de ser ratificado pela **ENTIDADE**. A compra só poderá ser efetivada com opção pelo menor preço ofertado.
- II A data de aquisição registrada na nota fiscal terá que ser igual ou posterior à data do credito a título de repasse efetuado pelo **MUNICÍPIO** na conta corrente bancária da **ENTIDADE**, exclusiva para a movimentação financeira do presente termo.
- III A nota fiscal relativa à compra efetuada estritamente conforme Plano de Trabalho deve conter descrição máxima dos equipamentos e/ou materiais adquiridos.
- IV Por ocasião da prestação de contas, as cotações de preços deverão instruir a nota fiscal de compra correspondente.
- V Todos os documentos pagos deverão apresentar comprovação da quitação.
- 10.3. Não serão aceitas na prestação de contas:
- I Despesas com multas, juros ou atualizações monetárias referentes a pagamentos e recolhimentos realizados fora do prazo, IOF assim como toda e qualquer despesa bancarias.
- II Despesas não alinhadas ao objetivo do projeto.
- III Documentos inábeis na forma legal ou que contenham rasuras ou ainda que não atendam aos requisitos acima mencionados.

Parágrafo Único: Os repasses previstos ficam condicionados às aprovações de prestação de contas apresentada pela **ENTIDADE**.

- 10.4. A prestação de contas relativa à execução do termo de fomento dar-se-á mediante a análise dos documentos previstos no plano de trabalho, bem como dos seguintes relatórios:
- I relatório de execução do objeto, elaborado pela **ENTIDADE**, contendo as atividades ou projetos desenvolvidos para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;
- II relatório de execução financeira do termo de fomento, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas e sua vinculação com a execução do objeto, na hipótese de descumprimento de metas e resultados estabelecidos no plano de trabalho.
- 10.5. O **MUNICÍPIO** considerará ainda em sua análise os seguintes relatórios elaborados internamente, quando houver:
- I relatório da visita técnica in loco realizada durante a execução da parceria;



- II relatório técnico de monitoramento e avaliação, homologado pela comissão de monitoramento e avaliação designada, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do termo de fomento.
- 10.6. Os pareceres técnicos do gestor acerca da prestação de contas, de que trata o art. 67 da Lei Federal nº 13.019, de 2014, deverão conter análise de eficácia e de efetividade das ações quanto:
- I os resultados já alcançados e seus benefícios;
- II os impactos econômicos ou sociais;
- III o grau de satisfação do público-alvo;
- IV a possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto pactuado.
- 10.7. A manifestação conclusiva sobre a prestação de contas pela administração pública observará os prazos previstos na Lei Federal nº 13.019, de 2014, devendo concluir, alternativamente, pela:
- I aprovação da prestação de contas;
- II aprovação da prestação de contas com ressalvas; ou
- III rejeição da prestação de contas e determinação de imediata instauração de tomada de contas especial.
- 10.8. Constatada irregularidade ou omissão na prestação de contas, será concedido prazo para a organização da sociedade civil sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação.
- § 1º O prazo referido no caput é limitado a 15 (quinze) dias por notificação, prorrogável, no máximo, por igual período, dentro do prazo que a administração pública possui para analisar e decidir sobre a prestação de contas e comprovação de resultados.
- § 2º Transcorrido o prazo para saneamento da irregularidade ou da omissão, não havendo o saneamento, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deve adotar as providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação vigente.
- 10.9. O **MUNICÍPIO** apreciará a prestação final de contas apresentada, no prazo de até cento e cinquenta dias, contado da data de seu recebimento ou do cumprimento de diligência por ela determinada, prorrogável justificadamente por igual período.

Parágrafo único. O transcurso do prazo definido nos termos do caput sem que as contas tenham sido apreciadas:

- I não significa impossibilidade de apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos;
- Il nos casos em que não for constatado dolo da organização da sociedade civil ou de seus prepostos, sem prejuízo da atualização monetária, impede a incidência de juros de

mora sobre débitos eventualmente apurados, no período entre o final do prazo referido neste parágrafo e a data em que foi ultimada a apreciação pela administração pública.

- 10.10. as prestações de contas serão avaliadas:
- I regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;
- II regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário;
- III irregulares, quando comprovada qualquer das seguintes circunstâncias:
- a) omissão no dever de prestar contas;
- b) descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;
- c) dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;
- d) desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.
- 10.11. O administrador público responde pela decisão sobre a aprovação da prestação de contas ou por omissão em relação à análise de seu conteúdo, levando em consideração, no primeiro caso, os pareceres técnico, financeiro e jurídico, sendo permitida delegação a autoridades diretamente subordinadas, vedada a subdelegação.
- 10.12. Quando a prestação de contas for avaliada como irregular, após exaurida a fase recursal, se mantida a decisão, a ENTIDADE poderá solicitar autorização para que o ressarcimento ao erário seja promovido por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, conforme o objeto descrito no termo de fomento e a área de atuação da organização, cuja mensuração econômica será feita a partir do plano de trabalho original, desde que não tenha havido dolo ou fraude e não seja o caso de restituição integral dos recursos.
- 10.13. Durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas, a ENTIDADE deve manter em seu arquivo os documentos originais que compõem a prestação de contas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INSTRUMENTOS JURÍDICOS

11.1. Poderão ser cadastrados tantos instrumentos jurídicos quantos necessários forem para perfeita administração e gestões pertinentes ao funcionamento do objeto do presente termo de fomento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA PUBLICIDADE

12.1. A publicidade dos atos praticados em função da execução do objeto deste termo de fomento deverá restringir-se ao caráter educativo, informativo ou de orientação social, não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos, respeitados os direitos previstos na legislação pertinente.



CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS ALTERAÇÕES

- 13.1. A presente parceria poderá ser alterada a qualquer tempo, mediante assinatura de termo aditivo, devendo a solicitação ser encaminhada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias em relação à data de término de sua vigência.
- 13.2. Não é permitida a celebração de aditamento deste termo de fomento com alteração da natureza do objeto.
- 13.3. É obrigatório o aditamento do presente instrumento, quando se fizer necessária a efetivação de alterações que tenham por objetivo a mudança de valor, das metas, do prazo de vigência ou a utilização de recursos remanescentes do saldo do termo de fomento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA PUBLICAÇÃO

14.1. A **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA** publicará termo com o resumo deste instrumento, nos termos da legislação em vigor.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA

- 15.1. O presente termo de fomento poderá ser:
- I denunciado a qualquer tempo, ficando assegurado a qualquer das partes do presente termo, o direito de rescindi-lo ou denunciá-lo, com efeito imediato, desde que avise por escrito à outra parte com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sem ônus para as partes.
- Il rescindido, independente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:
- a) utilização dos recursos em desacordo com o plano de trabalho;
- b) inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;
- c) constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado; e
- d) verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial.

Parágrafo Único: Na ocorrência de uma das duas hipóteses previstas nesta cláusula, a **ENTIDADE** deverá efetuar imediatamente devolução de saldo existente na conta bancária específica, inclusive aquele relativo à aplicação financeira prevista na cláusula quarta, item 4.4, através de depósito a crédito da conta corrente nº 38.326-0, mantida pelo Fundo Municipal da Criança e do Adolescente- FMDCA, junto ao Banco do Brasil, Agência 2241-1, no Município de Lagoa Santa/ MG.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

- 16.1. Acordam os partícipes, ainda, em estabelecer as seguintes condições:
- I as comunicações relativas a este termo de fomento serão remetidas por correspondência ou *e-mail* e serão consideradas regularmente efetuadas quando comprovado o recebimento;



II - as reuniões entre os representantes credenciados pelos partícipes, bem como quaisquer ocorrências que possam ter implicações neste termo de fomento, serão aceitas somente se registradas em ata ou relatórios circunstanciados.

15.2. É dever das partes observar e cumprir as regras impostas pela Lei Federal nº 13.709/2018 (LGPD), suas alterações e regulamentações posteriores, devendo ser observadas, no tratamento de dados, a respectiva finalidade específica, a consonância ao interesse público e a competência administrativa aplicável.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

17.1. Fica eleito o foro da Comarca Lagoa Santa/MG para dirimir todo e qualquer conflito e dúvidas decorrentes deste termo de fomento.

E por estarem assim justos e acordados com as condições e cláusulas estabelecidas, os participes assinam o presente termo de fomento em 03 (três) vias de igual teor e forma para que produza entre si os efeitos legais, perante as testemunhas abaixo indicadas.

Lagoa Santa, 2022.

ROGÉRIO CÉSAR DE MATOS AVELAR PREFEITO MUNICIPAL MUNICÍPIO

SECRETARIA MUNICIPAL BEM ESTAR SOCIAL PATRÍCIA SIBELY D'AVELAR MUNICÍPIO

GRUPO ESCOLA AMIZADE E AMOR - GEAA MARIA TERESA CURATOLA DE MELO ENTIDADE

Testemunhas:	
CPF:	CPF:



ANEXO I - PLANO DE TRABALHO

01 - DADOS CADASTRAIS

ENTIDADE: C.N.P.J.					
Grupo Escola Amizade e Amor - GEAA 41.65			41.656.331	/0001-61	
Endereço					
Rua Rita Teixeira, 230 - Palmi	tal				
Cidade	U.F.	CEP.	DDD	/Telefone	I.A
Lagoa Santa	MG	33234-570	31 98	8903.6948	
Nome do Presidente	C.P.F.				
Maria Teresa Curátola de Melo		213.015.816-15			
C.I/Órgão Expedidor	Cargo	Função			
M 839.037 SSP MG	Presidente	Gestora			
Endereço	_	CEP	•		
Rua Rio Grande do Sul, 11 Jo	MG)	33.23	33-138		

02 - OUTRO PARTÍCIPE

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA:			C.N.P.J.		
Prefeitura Municipal de Lagoa Santa		7	73.357.469/0001-56		
Endereço:					
Rua São João, 390 - Centro					
Cidade	U.F.	CEP.	DDD/Telefone	E.A.	
Lagoa Santa	MG	33230-103	(31)36881300	Municipal	
Nome do Chefe					
Rogério Cesar de Matos Avelar C.P.F 371.628.106-91					
C.I/Órgão Expedidor	Cargo				
M-1.083.665 SSP MG	Prefeito Municipal				
Endereço CEP.					
Rua São João, 290 Centro La		33.230-103			

03 - CARACTERIZAÇÃO DA PROPOSTA

3.1 - PROGRAMA/TÍTULO: PROJETO BRINCAR MAIS 20			
3.2 – FUNDAMENTAÇÃO LEGAL	TIPO DE ATENDIMENTO Socioassistencial	PERÍODO DE EXECUÇÃO:	
		out/22 a jul/23	

3.3 - OBJETIVOS

Objetivo Geral

Oferecer à 50 crianças do bairro palmital oportunidades de aprendizagens significativas e fortalecimento de vínculos sociais e familiares

Objetivos Específicos ua São João, 290, Centro - CEP: 33.230-103, Lagoa Santa/MG

Fone: (031) 3688 1300



- 1. Aumentar de 30 para 50 crianças atendidas no GEAA no turno da manhã.
- 2. Oferecer à 50 crianças atividades lúdicas que desenvolvam suas potencialidades de forma integral e buscar diminuir os impactos da pandemia na vida dessas crianças.
- 3. Oferecer às crianças e suas famílias atividades que fortaleçam os vínculos amorosos, da comunicação não violenta, da saúde física e emocional.

3.4 - JUSTIFICATIVA

Desde 2016 o Grupo Escola Amizade e Amor tem se dedicado de forma especial ao atendimento de crianças entre 06 e 11 anos com uma metodologia especifica que é a metodologia lúdica.

Antes mesmo da Educação colocar em pratica a Base Nacional Comum Curricular(BNCC), que compreende a infância como um período de especial desenvolvimento sócio emocional , sujeito de direitos na aprendizagem e com garantia de experiências inclusivas, o GEAA, pautado pelo Desenvolvimento proposto por Rudolf Steiner, na pedagogia Waldorf, que respeita a criança no seu primeiro setênio como a fase de experimentar o mundo pelo brincar, pelo faz de conta, pelo afeto e pela curiosidade, já aplicava em seu atendimento diário tudo o que viria depois com a BNCC.

Nesses anos, contínuos de atendimento anual de 30 crianças, fomos percebendo a mudança operada em nosso público demonstrada pela confiança, autoestima elevada, vontade explicita de aprender novos conhecimentos, gosto pela leitura, gosto pelas brincadeiras coletivas e compartilhadas, segurança emocional e especialmente o desenvolvimento integral. Esse desenvolvimento observado no físico (movimento, esporte, saúde etc.), emocional (autoestima, coragem, confiança, aquisição de valores básicos etc.), social (relacionamentos saudáveis na diversidade, colaboração, cooperação, ajuda mútua, espírito coletivo etc.), e espiritual (valorização da vida, do corpo, respeito, empatia, justiça etc.).

Ao se perceber esses avanços e transformações com as crianças o GEAA se propôs a revisitar toda sua estrutura física e de pessoal para ampliar esse atendimento ao menos para 50 crianças no turno da manhã, o que sem dúvida vai gerar um crescente impacto, para melhor, a cada ano, no atendimento aos pré-adolescentes e adolescentes atendidos.

Por isso mesmo, o GEAA se propõe a nova captação para o Projeto Brincar, avançando cada vez mais com inserções ao projeto de novas ações que possam tornar nossas crianças mais competentes, mais saudáveis e, principalmente, mais felizes.

Exemplo disso, nossa descoberta no período da pandemia, da fragilidade de muitas famílias no que se refere ao fortalecimento dos vínculos. O projeto social e a escola NÂO substituem os vínculos familiares e, por não os substituir, entende a necessidade, urgente e necessária de trazer as famílias para dentro do projeto, quem sabe contribuindo para que os pais sejam pessoas confiantes, seguras, empáticas e amorosas consigo mesmos e com seus filhos.

A partir dessas constatações, em paralelo ao trabalho com as crianças temos o objetivo de promover a inserção da família nessa metodologia tão libertadora garantindo que nossas crianças sigam seu crescimento de forma integral e cada vez com mais bem-estar e vitalidade.

Por fim:

Se considerarmos a criança como prioridade absoluta respeitando o ECA e a Constituição vamos

Fone: (031) 3688 1300



encontrar a justificativa para desenvolvermos esse projeto no ano de 2022 e 2023 atendendo 50 crianças do bairro palmital que estão em situação de maior risco e vulnerabilidade pessoal e social.

ECA - Lei 8.069 - Artigo 4

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, **com absoluta prioridade**, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Parágrafo único. A garantia de prioridade compreende:

- a) primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias;
- b) precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública;
- c) preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas;
- **d**) destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.

Constituição Federal Artigo 227

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

3.5 – FASES DE EXECUÇÃO:

META	ETAPA FASE	ESPECIFICAÇÃO	INDICADOR FÍSICO		DURAÇÃO	
			UNID ADE	QUANTIDADE	INÍCIO	TÉRMINO
Aumentar de 30		Temos lista de		50 crianças	Out/22	Jul/23
para 50 o		espera de crianças				
número de		entre 6 e 11 anos				
crianças		no projeto brincar.				
atendidas no						
turno da manhã						
Oferecer		Atendimento diário		50 crianças	Out/22	Jul/23
atividades		com: Roda de				
lúdicas que		partilha; música;				
contribuam para		teatro;				
a aprendizagem		esporte; literatura;				
e para o		jogos;				
desenvolvimento		brincar livre;				
integral (físico,		informática;				
mental, social,		outras atividades				

Rua São João, 290, Centro – CEP: 33.230-103, Lagoa Santa/MG.

Fone: (031) 3688 1300



\ /				
emocional e	afins;			
espiritual) de	alimentação			
todas as	saudável;			
crianças				
atendidas				
Incluir as	Atividade mensal	Famílias	Out/22	Jul/23
famílias no	com os pais,			
projeto para	trabalhando as			
promover o	demandas das			
fortalecimento	crianças durante o			
dos vínculos	mês e os temas			
familiares.	necessários para o			
	fortalecimento de			
	vínculos.			

04 – PLANO DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS

4.1 – DEMONSTRATIVO DE RECURSOS SOLICITADOS AO CONCEDENTE					
CUSTOS DE INVESTIMEN	ITO E/OU CUSTE	EIO			
ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE	QUANTI	VALOR		
	MEDIDA	DADE			
				Mensal R\$	10 meses
Educador		2		700,00	14.000,00
Ludoudoi					
		F		400.00	20,000,00
Oficinista		5		400,00	20.000,00



- Despesas Gerais –		1.600,00	16.000,00
- Despesas Gerais –		1.000,00	10.000,00
Manutenção das Oficinas:			
aquisição de materiais			
para desenvolver as			
oficinas, confecção de			
uniformes, aquisição de			
materiais de escritório e			
serviço de cópias,			
aquisição de gêneros			
alimentícios, aquisição de			
materiais de limpeza e			
higiene, transportes,			
aquisição de materiais e			
contratação de serviços			
para eventos,			
manutenção de			
equipamentos e			
instrumentos, e todas as			
aquisições, contratações,			
manutenções e			
confecções afins.			
Custo Total da Proposta	R\$ 50.0	000,00	

05 - DECLARAÇÃO

00 BECENINGNO
Na qualidade de representante legal do Proponente, declaro, para fins de prova junto ao Concedente, para os efeitos e sob as penas da lei, que inexiste qualquer débito em mora ou situação de inadimplência com o Estado de Minas Gerais ou consignadas no orçamento do Estado, na forma deste Plano de Trabalho.
Lagoa Santa (MG) dede 2022.
Maria Teresa Curátola de Melo Representante Legal da Entidade



06 - Venho submeter à apreciação de V. Sa o presente Plano de Trabalho, tendo em vista obrigações assumidas através do termo de fomento Data: ----/2022 Presidente do CMDCA 07 - PARECER TÉCNICO: ______ Data: ____/___/2022 CARGO Matrícula Data: / /2022 CARGO Matrícula _____/2022 CARGO Matrícula 08 - OBSERVAÇÃO: RESERVADO AO CONCEDENTE CNPJ Concedente: Prefeitura Municipal de Lagoa Santa 73.357.469.0001/56 Unidade Gestora/Código: Diretoria: Nº. do Termo de Fomento: Valor Total: Classificação Orçamentária: Código da Meta: R\$

Rua São João, 290, Centro – CEP: 33.230-103, Lagoa Santa/MG. Fone: (031) 3688 1300

OBJETIVO DO INSTRUMENTO JURÍDICO:



Adola San	
Resumo da Aplicação	Cronograma de Desembolso
Especificação	Valor
-	
Total:	
CONFERIDO POR:	
CON ENDO FOR.	
	<u>Da</u> ta://2022
Nome Matrícu	la:
	ELA PROPONENTE ESTÁ DE ACORDO COM
OBSERVANDO-SE AS INFORMAÇÕES CON	DE 21/06/1993, PODENDO SER APROVADO,
OBSERVANDO-SE AS INFORMAÇÕES COI	TIDAS NO QUADRO ACIMA.
	Data: / /2022
Diretor Superintende	ente
ADDOVO O DDESENTE DI ANO DE TRAI	
TERMO DE FOMENTO	BALHO E AUTORIZO A CELEBRAÇÃO DO
TERMIO DE FOMENTO	Data: / /2022
Rogerio Cesar de Matos Avelar	
Prefeito Municipal	
PREFEITO	Lagoa Santa (MG)de de 2022. DE MATOS AVELAR MUNICIPAL IICÍPIO
PATRÍCIA SIB MUN GRUPO ESCOLA AM	PAL BEM ESTAR SOCIAL SELY D'AVELAR SICÍPIO SIZADE E AMOR - GEAA URATOLA DE MELO
_	IDADE

CPF:
Rua São João, 290, Centro – CEP: 33.230-103, Lagoa Santa/MG.
Fone: (031) 3688 1300

Testemunhas:



22 páginas - Datas e horários baseados em Brasília, Brasil **Sincronizado com o NTP.br e Observatório Nacional (ON)** Certificado de assinaturas gerado em 20 de October de 2022, 12:57:04



TERMO DE FOMENTO 009-2022 - PREFEITURA DE LAGOA SANTA/MG

Código do documento 22c19069-a883-443c-a0df-909320399020



Assinaturas

Alexssander Rodrigues Batista Silva alexssandersilva@lagoasanta.mg.gov.br Aprovou

Maria Aparecida Pires de Moura mariamoura@lagoasanta.mg.gov.br Acusou recebimento

Maria Aparecida Pires de Moura mariamoura@lagoasanta.mg.gov.br Assinou como testemunha

Adriana Souza Batista Barboza adrianabatista@lagoasanta.mg.gov.br Assinou como testemunha

Adriana Souza Batista Barboza adrianabatista@lagoasanta.mg.gov.br Aprovou

Maria Teresa Curátola de Melo teresacuratola@gmail.com
Assinou como parte

Rogerio Cesar de Matos Avelar gabinete@lagoasanta.mg.gov.br Assinou como parte

Patricia Sibely D Avelar patriciaavelar@lagoasanta.mg.gov.br Assinou como parte Alexssander Rodrigues B. Silva

Maria Aparecida Pires de Moura

Maria Aparecida Pires de Moura

Adriana Souza Batista Barboza

Adriana Souza Batista Barboza

Bruato a Nelo

Stormler

Patricia Sibely D Avelar

Eventos do documento

17 Oct 2022, 16:01:34

Documento 22c19069-a883-443c-a0df-909320399020 **criado** por STHEFANY CAROLINE GONÇALVES DE OLIVEIRA (93a8876e-3e05-4ef0-b200-7762d559d073). Email:sthefanyoliveira@lagoasanta.mg.gov.br. - DATE_ATOM: 2022-10-17T16:01:34-03:00

17 Oct 2022, 16:02:54

Assinaturas **iniciadas** por STHEFANY CAROLINE GONÇALVES DE OLIVEIRA (93a8876e-3e05-4ef0-b200-7762d559d073). Email: sthefanyoliveira@lagoasanta.mg.gov.br. - DATE ATOM: 2022-10-17T16:02:54-03:00



22 páginas - Datas e horários baseados em Brasília, Brasil **Sincronizado com o NTP.br e Observatório Nacional (ON)** Certificado de assinaturas gerado em 20 de October de 2022, 12:57:04



17 Oct 2022, 16:44:46

ALEXSSANDER RODRIGUES BATISTA SILVA **Aprovou** (0efcdc1b-a77e-4c23-bc7e-88d9ac1d00ed) - Email: alexssandersilva@lagoasanta.mg.gov.br - IP: 187.86.249.108 (187-86-249-108.vespanet.com.br porta: 49030) - Documento de identificação informado: 134.862.826-03 - DATE_ATOM: 2022-10-17T16:44:46-03:00

18 Oct 2022, 10:27:17

MARIA APARECIDA PIRES DE MOURA (a7756d57-4e14-489d-b719-c9f0936c9c19). Email: mariamoura@lagoasanta.mg.gov.br. **ADICIONOU** o signatário **teresacuratola@gmail.com** - DATE_ATOM: 2022-10-18T10:27:17-03:00

18 Oct 2022, 10:27:28

MARIA APARECIDA PIRES DE MOURA **Acusou recebimento** (a7756d57-4e14-489d-b719-c9f0936c9c19) - Email: mariamoura@lagoasanta.mg.gov.br - IP: 187.86.249.108 (187-86-249-108.vespanet.com.br porta: 35652) - Documento de identificação informado: 046.948.296-61 - DATE_ATOM: 2022-10-18T10:27:28-03:00

18 Oct 2022, 10:27:52

MARIA APARECIDA PIRES DE MOURA (a7756d57-4e14-489d-b719-c9f0936c9c19). Email: mariamoura@lagoasanta.mg.gov.br. **ADICIONOU** o signatário **gabinete@lagoasanta.mg.gov.br** - DATE_ATOM: 2022-10-18T10:27:52-03:00

18 Oct 2022, 10:28:21

MARIA APARECIDA PIRES DE MOURA (a7756d57-4e14-489d-b719-c9f0936c9c19). Email: mariamoura@lagoasanta.mg.gov.br. **ADICIONOU** o signatário **patriciaavelar@lagoasanta.mg.gov.br** - DATE ATOM: 2022-10-18T10:28:21-03:00

18 Oct 2022, 11:43:33

MARIA TERESA CURÁTOLA DE MELO **Assinou como parte** (be66640f-0720-4799-bdb4-b59d19686dd8) - Email: teresacuratola@gmail.com - IP: 187.86.247.179 (187-86-247-179.vespanet.com.br porta: 5214) - Documento de identificação informado: 213.015.816-15 - DATE_ATOM: 2022-10-18T11:43:33-03:00

19 Oct 2022, 09:17:48

PATRICIA SIBELY D AVELAR **Assinou como parte** (6da09a42-e245-490b-a6cc-325527781235) - Email: patriciaavelar@lagoasanta.mg.gov.br - IP: 187.86.249.108 (187-86-249-108.vespanet.com.br porta: 52290) - Documento de identificação informado: 941.065.096-87 - DATE_ATOM: 2022-10-19T09:17:48-03:00

19 Oct 2022, 16:56:19

ROGERIO CESAR DE MATOS AVELAR **Assinou como parte** (91845514-a8f3-47c1-9b45-2c3473b83f45) - Email: gabinete@lagoasanta.mg.gov.br - IP: 187.86.249.108 (187-86-249-108.vespanet.com.br porta: 41444) - Documento de identificação informado: 371.628.106-91 - DATE_ATOM: 2022-10-19T16:56:19-03:00

20 Oct 2022, 08:59:20

MARIA APARECIDA PIRES DE MOURA **Assinou como testemunha** (a7756d57-4e14-489d-b719-c9f0936c9c19) - Email: mariamoura@lagoasanta.mg.gov.br - IP: 187.86.249.108 (187-86-249-108.vespanet.com.br porta: 28390) - Documento de identificação informado: 046.948.296-61 - DATE ATOM: 2022-10-20T08:59:20-03:00

20 Oct 2022, 12:56:08



22 páginas - Datas e horários baseados em Brasília, Brasil **Sincronizado com o NTP.br e Observatório Nacional (ON)** Certificado de assinaturas gerado em 20 de October de 2022, 12:57:04



ADRIANA SOUZA BATISTA BARBOZA **Assinou como testemunha** (79b53212-8156-4daf-abd2-473aa380474e) - Email: adrianabatista@lagoasanta.mg.gov.br - IP: 187.86.249.108 (187-86-249-108.vespanet.com.br porta: 14152) - Documento de identificação informado: 034.869.246-30 - DATE_ATOM: 2022-10-20T12:56:08-03:00

20 Oct 2022, 12:56:49

ADRIANA SOUZA BATISTA BARBOZA **Aprovou** (79b53212-8156-4daf-abd2-473aa380474e) - Email: adrianabatista@lagoasanta.mg.gov.br - IP: 187.86.249.108 (187-86-249-108.vespanet.com.br porta: 2562) - Documento de identificação informado: 034.869.246-30 - DATE ATOM: 2022-10-20T12:56:49-03:00

Hash do documento original

 $(SHA256): d87b36962399314839 \overset{-}{1997} d74ddde4b3ae05645340d22e16e097a4fb1533a4a3\\ (SHA512): 111a6b7b44af682907e3589bea0fd20c86f9341d660ab06154613f006cc1e4bbffaa3d9462a03bba965acfbf9bfc6aed98a1470b9e08067ad74a815df7e383b0$

Esse log pertence única e exclusivamente aos documentos de HASH acima

Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign